

PMDB rejeita tática de Bresser para a dívida

Brasília/Luís Antônio Ribeiro

BRASÍLIA — Os principais líderes do PMDB, reunidos na casa do presidente do partido, Ulysses Guimarães, com o ministro da fazenda, Bresser Pereira, deram apoio apenas parcial à estratégia proposta pelo ministro para a negociação da dívida externa. Bresser quer negociar em setembro com os bancos privados internacionais um empréstimo de 7,2 bilhões de dólares, e depois obter um acordo com o Fundo Monetário Internacional. O PMDB aprova a negociação com os bancos, mas não quer ouvir falar do FMI antes de setembro.

— Não há decisão a ser tomada; a conversa sobre apoiar ou não um acordo com o Fundo fica para depois — resumiu Bresser Pereira, à saída da reunião, de duas horas e meia, na qual os líderes garantiram ao ministro que não acreditam em um acordo com o Fundo sem que o Brasil abra mão do controle sobre sua economia. “O importante é que os líderes manifestaram confiança no Plano Macroeconômico e no acordo que está sendo feito”, avaliou Bresser.

O PMDB apóia o plano e os esforços de negociação do ministro, mas reivindica mudanças na política salarial, advertiu Ulysses, em entrevista após a saída de Bresser: “os salários no Brasil são os mais baixos do mundo, e isso é inaceitável para o PMDB”, disse o presidente do Partido, que entregou a Bresser Pereira um documento do partido com propostas de aumento para os salários, “com sugestões” que ele pretende discutir com o ministro e o presidente da República, segundo informou.

Os líderes do PMDB na Constituinte, Mário Covas; no senado, Fernando Henrique Cardoso; e na Câmara, Luís Henrique, acompanhados do senador Severo Gomes, já antes de entrarem na casa de Ulysses, comentaram que não acreditavam em uma mudança do FMI. “Basta ver o exemplo da Argentina, onde o Fundo está adotando a mesma política recessiva de sempre”, argumentou Mário Covas. E, com essa desconfiança, sabatinaram o ministro.

Os líderes perguntaram a Bresser se ele realmente acreditava que os bancos negociaram sem o FMI, se os credores poderiam retaliar caso prosseguisse a moratória, se o *dinheiro novo* (7,2 bilhões de dólares), pedido pelo ministro, seria apenas para o pagamento de juros. Bresser, sorridente, sempre bem humorado, garantiu-lhes que não haveria retaliações, e que os bancos são os maiores interessados em evitar o prosseguimento da moratória, o que os obrigaria a contabilizar como prejuízo os juros e as parcelas da dívida já vencidas.



Os principais líderes do PMDB reuniram-se com Bresser